

Universidade Federal da Paraíba.

Centro de Humanidades

Departamento de História e Geografia

**ROMPENDO AS CORRENTES DA ESCRAVIDÃO EM AREIA
(PB), NO PERÍODO DE 1.840-1.888.**

Selma Barreto de Medeiros Nóbrega.

Campina Grande
2000

Universidade Federal da Paraíba

Centro de Humanidades

Departamento de História e Geografia

**ROMPENDO AS CORENTES DA ESCRAVIDÃO EM AREIA Pb,
NO PERÍODO DE 1840-1888.**

Monografia apresentada ao
Departamento de História e
Geografia, sob a orientação
do Prof. **Luciano Mendonça
de Lima**, para a obtenção do
grau em Bacharel em
História.

Campina Grande
2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO: BACHARELADO EM HISTÓRIA

Banca Examinadora

Luciano Mendonça de Lima
(Orientador)

Josemir Camilo de Melo

Eronides Câmara Donato

Alarcon Agra do Ó
(Suplente)



Biblioteca Setorial do CDSA. Abril de 2024.

Sumé - PB

Dedicatória

Ao meu pai, por ter me impulsionado, nas horas difíceis, a buscar a minha realização pessoal e acadêmica. A minha mãe (in memoriam), por ter me estimulado a alcançar o conhecimento intelectual.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um gesto de reconhecimento por todas as vezes em que nos sentimos impulsionados a seguir adiante, superando todos os possíveis obstáculos. A estas pessoas, meus carinhosos agradecimentos por todo o impulso que me foi dado, ao longo desta caminhada:

- À coordenadora do Curso de História Eronildes, por ter me feito compreender a relação "matrimonial" que se estabelece entre orientador e orientando e pela fonte preciosa de pesquisa que me forneceu;
- Ao orientador Luciano Mendonça de Lima, por ter me acolhido como orientanda, no momento delicado da minha caminhada;
- A todos os professores de História, pelos ensinamentos ministrados, os quais muito contribuíram para a minha formação profissional;
- Aos meus colegas pelo companheirismo e pelas discussões acerca do tema desta monografia, que tanto a enriqueceram;
- Ao Monsenhor Ruy Vieira, diretor e fundador do Museu Regional de Areia, e ao senhor José Henriques, por me possibilitarem o acesso à documentação e bibliografia utilizada neste trabalho.
- Aos meus familiares, por também acreditarem na realização do meu sonho.

Poesia de negro é axé
Poesia de negro é axé

É axé
Axé babá eu digo

Quando entro nesta roda
Incomodo, sim senhor

Olha o tambor
Olha o tambor
A poesia de negro tem a força de um
Quilombo.

(Caroline Boyce Davies.)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

**CAPÍTULO 1 O CONTEXTO, HISTÓRICO, POLÍTICO E
ECONÔMICO DA CIDADE DE AREIA NO PERÍODO DE 1840-
1888.....**

**CAPÍTULO 2 O COTIDIANO DA VIDA DOS ESCRAVOS E
AS ALTERNATIVAS ENCONTRADAS CONTRA A
ESCRavidÃO.....**

**CAPÍTULO 3. A TRAJETÓRIA DE LIBERTAÇÃO DOS
ESCRAVOS AREIENSES.....**

CONCLUSÃO.....

BIBLIOGRAFIA.....

ANEXOS.....

Impregnados pela " poesia de negro", poesia que "incomoda", que "tem a força de um quilombo", nos imbuímos deste espírito de luta e de força e nos atrevemos a enveredar pelos caminhos da história.

Caminhos estes trilhados com dor, suor e lágrimas, pelos escravos. Mas também, caminhos de coragem, caminhos de esperanças e de sonho de liberdade. Para analisarmos esse percurso em busca de melhores expectativas de vida, escolhemos como referencial teórico Edward P. Thompson, pois é dele a expressão "agenciar humano."

Ademais, a escolha do tema desta monografia se deve, inicialmente, ao fato de, na literatura atual, não ser possível encontrar uma abordagem mais precisa do processo escravagista na cidade de Areia Pb, uma vez que a maioria dos historiadores paraibanos relegaram a segundo plano a importância da religião como busca alternativa contra a escravidão.

Estruturamos a nossa monografia de final de curso em três capítulos, os quais passaremos a descrever a seguir: No primeiro capítulo, intitulado " O contexto histórico, político e econômico da cidade de Areia- no período de 1840-1888" , procederemos a um levantamento das condições que favoreceram o processo de formação do município de Areia(Pb), desde quando era, a mesma, apenas um povoado, até quando foi elevada à categoria de cidade. Este último fato aconteceu no ano de 1846.. A seguir, de maneira mais específica, abordaremos a importância dos setores agrícola e comercial para o desenvolvimento desta cidade .

Ainda através das informações obtidas com a leitura da bibliografia a que

tivemos acesso, passaremos a ressaltar os seguintes aspectos: a presença de imigrantes (trabalhadores livres), 1850(o fim do tráfico negreiro), a Lei do Ventre Livre(1871), analisando como essas leis interferiram de maneira boa ou ruim, na escravidão em Areia(Pb).

No 2° capítulo, trataremos de resgatar o cotidiano dos escravos e as alternativas encontradas contra a escravidão. Neste contexto, tentaremos levantar o tipo de relacionamento estabelecido entre os escravos e os senhores.

Para tanto, daremos ênfase às diversas práticas de vigilância existentes nas senzalas, como por exemplo, a presença do feitor (escravo que algumas vezes era crioulo: nascido na América,) escolhido para vigiar os demais, enquanto estes trabalhavam e a vigilância praticada pelos próprios senhores com relação aos momentos de lazer dos cativos.

As alternativas encontradas contra a escravidão serão descritas no segundo momento deste capítulo, com o intuito de tentar mostrar que os momentos de lazer em algumas vezes, tinham como real objetivo a elaboração de revoltas. Estas últimas davam-se de duas formas básicas: os Quilombos e as fugas. Também abordaremos a participação da imprensa (jornal "O Areiense") na tentativa de anunciar as fugas e as revoltas. Por último, no capítulo 3 do trabalho, será abordado o tema da "Trajetória de Libertação dos Escravos Areienses". Com base nos documentos encontrados no cartório da 2a. vara criminal e civil da cidade de Areia, analisaremos algumas práticas de alforria, com o intuito de estabelecer algumas variantes levadas em consideração a fim de que fosse conseguida a liberdade.

Procuraremos ainda neste 3º capítulo, enfatizar a percepção que tinham os cativos no tocante ao fato de que a escravidão fazia parte do horizonte de suas vidas, como forma de romper as correntes que os aprisionavam a essa realidade, os escravos passaram a buscar na religião a forma de conseguir a liberdade.

O último capítulo será finalizado, justamente, com uma análise mais aprofundada do uso da religião no processo de libertação dos escravos.

Já desde as primeiras visitas ao município de Areia (Pb), nos encontramos diante de um patrimônio histórico e documental, até então adormecido aos nossos olhos, este fato nos estimulou no sentido de fazer despertá-lo, esperando poder contribuir, revelando uma vertente nova dos fatos vivenciados pelos escravos da cidade de Areia (Pb), enfim resgatar as vitórias e os fracassos dos cativos areienses.

Capítulo I O contexto histórico, político e econômico da cidade de Areia, no período de 1840 - 1888.

Partimos do princípio de que é fundamental conhecermos o processo de formação do município, atualmente denominado de Areia (Pb), a fim de compreendermos o contexto histórico, político e econômico no qual se inseriu o processo escravagista.

O historiador Horácio de Almeida, sobre a formação deste município revela que não se sabe ao certo quando teve início a cidade de Areia. Tudo indica que foi entre o fim do século XVII, para o começo do século XVIII.

Antes da dominação holandesa, (período, que segundo o historiador Eurico Back, durou de 1.624-1654) eram realizadas expedições formadas por padres e civis holandeses, com o objetivo de desbravar novas terras. O ano de 1.634 foi a data aproximada em que os holandeses chegaram a Paraíba.

Assim foi realizada uma entrada até a zona do brejo, no Sertão de Bruxaxá, descobrindo-se um local de clima ameno, solo fértil, onde surgiu a cidade de Areia.

"Ainda em 1760, aparece
com a denominação Sertão de Bruxaxá, mas
dez anos depois, em 1770, já se lhe atribui o

nome de Areia." 1

Para visualizar a localização de Areia vide o **anexo número 1**.

O povoado já tinha a sua capela, no lugar onde hoje é a matriz com o mesmo nome de Nossa Senhora da Conceição, Igreja que já existia antes de 1.800.

Posteriormente, passou pela primeira reforma. Em 1.813, foi criada a freguesia de Nossa Senhora da Conceição, área que atualmente se chama Areia. Faziam parte de seu território Bananeiras, Guarabira, Pilões, Cuité e Pedra Lavrada.

Em 1.815, Areia era o único lugar paraibano com os pré-requisitos necessários para a punição dos criminosos, já que no ano citado Areia possuía os seguintes privilégios, ou melhor, condições que a lei atribuía as vilas do reino: a casa da Câmara, a cadeia e o tribunal funcionavam todos no mesmo prédio para tornar a vigilância de escravos e livres mais eficiente, pois a Câmara elaborava as leis, o tribunal julgava os réus. A cadeia era o lugar de punição.

Inclusive, na cadeia, os criminosos eram julgados. (...) Isto porque havia um pátio cuja construção era destinada, especificamente, aos julgamentos por ser um local ao qual muitas pessoas tinham acesso.

"À frente do condenado iam as

1. Almeida, Horácio de. Brejo de Areia. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPb, 1980, pág. 8.

ordens religiosas(...). Um pouco atrás, o juiz
da execução, o escrivão, a tropa e o povo. 2

Quando os desbravadores de Areia formaram um núcleo para orar, tentaram logo providenciar um padre e um juiz, tal objetivo foi conseguido entre 1815 e 1818. O historiador Horácio de Almeida, no livro "Brejo de Areia", informa que o português Jorge Torres chegou em Areia no começo do século XIX. Fixou-se no povoado com casa de negócio e bolandeira de descaroçar algodão. Fundou a propriedade Macaíba com água canalizada para engenho. Nos engenhos haviam capelas, lugar onde os religiosos pregavam aos cativos a obediência, daí a importância da presença desses religiosos.

De acordo com o historiador Gilberto Freyre, era na capela do engenho aonde iam se queixar os desenganados da justiça, já o historiador Eugene Genovese, usa uma frase retirada da Bíblia, que prega uma recompensa aos escravos que fossem obedientes.

"Eis que venho em breve, e a minha
recompensa está comigo para dar a cada um
conforme as suas obras."

Apocalipse 22: 12 3

2. Almeida, Horácio de. Id. Ibid. Pp. 9.

3. Genovese, Eugene. a Terra Prometida: o Mundo que os Escravos Criaram. Paz e Terra, Pág. 439.

Não acreditamos na verdade absoluta, mas todas essas informações nos levam a verossimilhança de em Areia existia no mínimo um engenho, na qual se pregava que o cativo devia ser sempre obediente ao seu senhor.

Não só essa vitória facilitou a vigilância das pessoas escravas e livres, como também a interferência do padroado régio: instituição que surgiu em Portugal e foi trazida para o Brasil com o processo de colonização, esta atribuía a Igreja Católica o direito de registrar nascimentos e óbitos, de controlar as eleições. A instituição do padroado durou até 1889, quando foi implantado no Brasil a República. Os Padres eram funcionários públicos, ou seja, do Estado. Tal fato se verificou em todo o território nacional.

Quanto às eleições, existiam várias condições para que as pessoas pudessem votar, entre elas era possuir renda mínima de 100 mil réis, não pertencer a categoria de libertos(ex-escravos), não possuir a "mancha corporal" e moral de criminoso.

A expressão "mancha corporal" era utilizada para designar escravos fugidos, que eram ferroados com a letra "F" para que um possível comprador soubesse que o mesmo era "rebelde." O significado maior que ficava para o trabalhador não era a marca do corpo, mas a seguinte lembrança: com esse sinal ele nunca ia se esquecer de que era uma pessoa subalterna. Também existia a "mancha racial", pois os judeus e os negros eram considerados raças inferiores, não podiam votar, assim como as ciganas.

O objetivo a ser atingido não era proibir o cativo a votar, mas através desta

chantagem pressioná-lo a ser obediente, para poder escolher um representante: também só possuía esse direito o trabalhador que tivesse no mínimo 25 anos; que soubesse ler.

. No ano de 1.846, a Vila Real do Brejo Areia foi elevada à categoria de cidade. Podemos atribuir tal fato, entre outros motivos, à presença de pessoas formadas em Direito, ou seja, as mesmas, valendo-se dos conhecimentos adquiridos durante sua formação puderam influenciar, efetivamente, no sentido de elevar a vila à categoria de cidade. O diploma de direito era indispensável para se atingir os cargos mais altos, assim como. a presidência da província.

Para nós, nenhum aspecto é determinante para que um fato aconteça. Com isso, o alvo era ser deputado da província da Paraíba, depois deputado geral, por fim a presidência da província. (os atuais estados). Também nesse período, Areia era o segundo maior colégio eleitoral da Paraíba.

A historiadora Dianna Galiza, na obra "o Declínio da Escravidão na Paraíba", informa que em 1852, a produção açucareira de Areia era menor do que a de Mamanguape e da Paraíba (atual João Pessoa), que já nasceu cidade.

O historiador Horácio de Almeida, em seu livro "Brejo de Areia", menciona que Manuel Correia Lima, oriundo de Pernambuco, foi o primeiro bacharel formado em Direito, na cidade de Olinda, no ano de 1840.

As relações escravistas influenciaram para que Areia fosse o lugar Paraibano escolhido para ser elevado à categoria de cidade em 1846, pois surgiram as condições básicas para a vigilância do comportamento dos indivíduos.

" Na Paraíba, o único lugar onde a força se ergueu e funcionou foi em Areia, não para a execução de crimes políticos, mas para que nela padecessem os presos comuns, condenados a morte pela justiça. (...)"⁴

Qualquer pessoa que fosse considerada com um comportamento fora das regras, segundo os juristas, ia para a cadeia.

"Aos 17 dias do mês de março de faleceu de pena última com todos os sacramentos da penitência, o escravo marçal, de 38 anos(...)"⁵

Por outro lado, as principais atividades desenvolvidas na cidade de Areia, foram a agricultura, estimulada pela fertilidade do solo, o comércio dos alimentos produzidos pelos agricultores que se expande, atraindo pessoas de outras localidades da Paraíba, no ano de 1848.

A importância econômica que a feira de Areia teve para o brejo

4. Almeida, Horácio de. Ibid, Ibid. pp. 76.

5. Almeida, Horácio de. Ibid, Ibid. pp. 78.

paraibano devido à produção agrícola, durou desde os anos 1850 até o começo da década 1880.

Segundo os livros de Notas , era também para esse lugar que iam indivíduos de outras áreas da Paraíba e de outras províncias para comercializar escravos, enfim Areia era um pólo comercial de cativos e de produtos alimentícios. Como podemos verificar nos seguintes trechos extraídos dos livros citados:

1. "No anno de mil oitocentos e setenta e um, a escrava Sebastiana, pertencente a Joaquim Antonio de Sampaio, morador de Barra de Juá (termo de Campina Grande), foi vendida a Pio de Vasconcelos, Morador na Laranjeira (termo de Areia).⁶
2. "No anno de mil setecentos e setenta e dois, o escravo pardo, Benedito, (...), natural do Rio Grande do Norte, foi vendido a João Araújo Pereira(...)" ⁷

As pessoas que se destacaram na política entre os anos 1845-46 na cidade de

6. Cartório da 2a. Vara Criminal e Civil da cidade de Areia.

7. Cartório da 2a. Vara Criminal e Civil da cidade de Areia.

Areia(Pb), pertenciam ao partido liberal. Os liberais aceitavam o direito de resistência armada em todas as ocasiões que o governo praticasse arbitrariedade e atingisse as leis e a constituição do Império.

Os conservadores viam como ilegal qualquer revolução. O Partido Liberal adquiriu configuração no anteprojeto do Ato Adicional; (que aconteceu em 1832) cujos elementos básicos eram Monarquia Federativa, fim do poder moderador, Senado temporário, fim do Conselho de Estado. A sua realização principal foi o código de 1.832, com os seus juizes eleitos. Já o partido Conservador ganhou caráter mais claro, com a renúncia de Feijó como Regente. As realizações básicas do partido Conservador foram: a interpretação do Ato Adicional, a reforma do Código de Processo, a restauração do Conselho de Estado.

Na data em que Areia foi elevada à cidade (1.846), as relações comerciais eram mantidas com a província de Pernambuco, o governo mandou abrir uma estrada da capital até Areia, no intuito de conquistar tal mercado.

Com esta medida, a referida administração pensava em conseguir redução de impostos.

Paralelamente ao processo de formação do município de Areia ia se estruturando o processo escravagista, consolidando-se em 1846, pois já existiam engenhos.

Até 1.850, de acordo com a historiadora Diana Galiza, na cidade de Areia, a cultura do algodão era predominante. A produção mínima era suficiente para abastecer a população local e tornar independente a parcela social detentora de engenho.

Além da cultura do algodão, foram desenvolvidas as culturas do milho, feijão, fumo e da cana-de-açúcar. Esta última, era mais rentável que a do algodão, pois o contratempo das chuvas excessivas, da friagem e das pragas, em geral, prejudicavam as safras de algodão. Uma das pragas que atingiu a agricultura foi a da formiga em 1.877, quando toda a plantação deste ano foi devorada por esta..

" A praga da formiga arremeda
muita gente da agricultura, porque
realmente desgosta ver o trabalho humano
tão dispendioso ir-se em ua ou duas noites
de trabalho de um vil inseto tão destruidor."8

No ano de 1.855, a população rural Areiense realizava dois tipos básicos de atividades: a do engenho, com a produção de cana-de-açúcar, rapadura, aguardente, com o cultivo do algodão, fumo e legumes. Por outro lado, a população urbana se ocupava das mais diversas funções e negócios: escravos de ganho, que eram formados por carregadores e moços de recado, carpinteiros, pedreiros.

Por esses trabalhos realizados, os escravos eram remunerados, dessa forma eram obrigados a se apresentarem na casa do seu senhor para se alimentar, parte dessa remuneração era entregue aos cativos, oportunidade em que os cativos tinham de saber

8. o "Areiense", Anno 1, No. 5(publicação semanal).

Cidade de Areia, Província da Parahyba do Norte. Sábado, 11 de Agosto de 1877, Pág. 1-2.

das possibilidades de melhor ou piora da sua condição de pessoa subalterna.

Em 1.854, senhores de engenho elaboraram um projeto de lei evitando o tráfico entre as províncias de escravos. Tal idéia gerou uma discussão na câmara, sendo defendido por deputados da Bahia, Alagoas, Paraíba e Pernambuco, ou seja, as províncias que lutaram por essa inovação foram as que vendiam cativos, as que compravam se opuseram. Tal informação foi retirada da exposição feita pelo Dr. Francisco Paes Barreto no ato de passar a administração da província da Paraíba ao 2º vice-presidente em outubro de 1.855.

No ano de 1.856, a Assembléia Legislativa da Paraíba permitiu que o governo gastasse dez mil réis por ano para introduzir os imigrantes vindos de Portugal com destino a trabalhar na lavoura.

O Estado financiava a imigração, pois era uma alternativa enquanto mão-de-obra que substituíria o braço escravo. A estada dos colonos seria financiada pelos lavradores que os tivessem requerido, sendo metade do financiamento mandado para os cofres das províncias, quando recebesse os imigrantes enquanto que a outra parcela seria paga no término do ano.

A administração das províncias também ficaria responsável por providenciar uma quantia que financiasse o alojamento e manutenção do colono, assim que o mesmo chegasse à capital da Província. Essa manutenção, também era garantida pelo lavrador, através do desconto do seu salário. Isso foi importante para Areia porque a crise da

economia escravista do Império também atingiu esse lugar, então essa foi a alternativa encontrada.

Em 1.858, o Ministro do Império oficializou a vinda dos imigrantes, através da criação de uma lei que permitia a chegada de colonos, referindo-se, principalmente, a portugueses, que "aparentavam" ser os únicos que se adaptavam ao sistema planejado pelos fazendeiros, pois, parece que, mesmo trabalhando sob o sistema de parceria, aceitavam serem vigiados pelos feitores, da mesma maneira que os escravos.

Neste contexto, passa-se a exacerbar a idéia de que o grande número de cativos era um dos impedimentos para o desenvolvimento do trabalho assalariado, o que veio a ser um argumento a favor do fim da escravidão, como podemos verificar na citação abaixo:

"Em 1860, o Barão de Pati
dizia que a abundância de cativos era
um dos entraves para o
desenvolvimento do trabalho
assalariado." 9

Também neste ano foi criada a Lei do Sexagenário, que decretava a liberdade ao analisarmos a média de vida do cativo, enquanto duração da possibilidade de

9. Costa, Emília Viotti da. da Senzala à Colônia. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1982. Pp. 115.

trabalho, pois este trabalhava de sol a sol, conseqüentemente o potencial para as tarefas que lhes eram designadas não devia passar dos 60 anos. Em outras palavras, essa lei não surgiu como fruto da bondade referente à parcela social dominante, entretanto, talvez devido à percepção de que não seria bom continuar a aceitar que um indivíduo cuja capacidade de trabalho estava esgotada, fosse obrigado a trabalhar.

Sabemos de que nem todos os cativos eram negros, mas a informação acima nos passa uma verossimilhança.

Para o historiador João José Reis, o período de grande impecilho econômico, foi entre os anos de 1820-40, em que os limites da escravidão apareceram claramente.

Outro fator que colaborou para o fim da escravidão foi o término do tráfico de escravos, o que dificultava a reprodução dessa mão-de-obra. Tal fato, apesar de ter se dado desde 1.850, se consolidou no ano de 1.862, quando os limites para o tráfico entre as províncias aumentava, já que o governo passou a estabelecer altas taxas de impostos.

Ainda como fator concorrente para a Abolição da escravatura, temos a criação da Lei do Ventre Livre, em 1.871, que decretava livres os escravos concebidos a partir daquele ano.

Podemos então ressaltar que, diante de todos os fatores anteriormente citados, que contribuíram para o fim da escravidão em Areia (Pb), a administração desta cidade tentou estimular, ainda mais, o uso do trabalho assalariado, principalmente no ano de 1.874, momento quando iniciou a migração de escravos paraibanos para o sul do país

com o objetivo de trabalhar na lavoura do café, no Oeste Paulista.

Para impedir então que a Paraíba ficasse sem cativos, a administração provincial elevou mais ainda a taxa de trabalhadores negros que saísse da área. Isso aconteceu quando o tráfico interprovincial atingiu um nível inédito.

Ademais, em 1888, houve em Recife um Congresso Agrícola que tinha como anseio protestar contra o descaso da política nacional sobre a mão-de-obra escassa no Nordeste e também sobre o fato de ter sido essa região discriminada por não ter tido o direito de participar do Congresso Agrícola que aconteceu no Rio de Janeiro.

No evento ocorrido em Recife, ficou concluído que a ausência de trabalhadores escravos contribuiu de maneira direta para o declínio da lavoura paraibana.

A diminuição das safras também atingiu Areia, pois no ano de 1877, a produção da lavoura algodoeira estava em decadência, devido a concorrência com os Estados Unidos.

Assim, chegamos ao término do caminho a que nos propomos trilhar, no início deste capítulo, que era o de resgatar o processo histórico, político e econômico de formação da cidade de Areia no período de 1840-1888.

2º Capítulo o Cotidiano da Vida do Cativo e as Alternativas Encontradas

Contra a Escravidão.

"Liberdade, liberdade

Abre as asas sobre nós

Das lutas na tempestade,

Dá que ouçamos tua voz".

(Trecho do hino da proclamação da República em 1889, de Leopoldo Miguez e Osório Duque Estrada).

Passaremos a analisar a vivência dos escravos, no município de Areia(Pb), no que diz respeito ao relacionamento com os senhores e aos momentos de lazer.

Quanto ao relacionamento entre os senhores e os cativos, precisamos dizer que, inicialmente, se deu de acordo com as formas mais tradicionais, verificadas em todo o território nacional, ou seja, em cada engenho existiam uma Casa- Grande, morada do Senhor e sua família, e a senzala residência dos escravos, excetuando-se aqueles casos em que o proprietário não possuía condições financeiras para construir as senzalas, residência dos escravos.

Contudo, constatamos uma diferença existente entre as relações sociais do escravo

urbano para com o seu Senhor e as do cativo rural.

Na zona urbana, havia escravos de ganho, quer dizer, eram cativos que vendiam produtos agrícolas e, ao final do dia, tinham a obrigação de prestar contas ao seu Senhor.

Sobre o montante obtido, esses escravos tinham o direito a uma parcela, a qual iam juntando a fim de comprar, mais tarde, a liberdade.

Sobre esta realidade dos cativos que trabalhavam em prol da sua própria liberdade, a historiadora Diana Galliza menciona o seguinte fato:

"O escravo Benedito plantava algodão e negociava com o produto. Há indícios de que na segunda Metade do século passado, durante o surto algodoeiro cativos compravam a liberdade com o dinheiro oriundo dessa atividade econômica."¹⁰

O antropólogo José Guilherme, sobre os escravos de ganho, ressalta a importância do trabalho dos mesmos no processo de transformação das religiões trazidas pelos escravos ao Brasil. Podemos verificar abaixo a definição dada por este autor, para esse tipo de escravo:

"Escravos incumbidos de serviços pesados nas cidades(descarregar

¹⁰. Galliza, Diana Soares de. Op. cit. Pág. 148.

cargas, também da venda
ambulante de mercadorias.
Formava pequenos grupos de
indivíduos ligados entre si por
laços étnicos ou linguísticos."¹¹

De acordo com a historiadora Emília Viotti, o cativo da cidade tinha uma posição superior ao da zona rural: alguns proprietários de cativos, querendo que o trabalhador tivesse sempre um bom rendimento na produção, davam um melhor sistema alimentar e assistência médica.

Além disso, esses cativos tinham o "privilégio" de às vezes poder visitar seus filhos, que moravam na fazenda, nos dias santos e feriados resgatando assim os laços familiares, ligação que a escravidão tirou, pois as famílias de trabalhadores ficavam em lugares separados para evitar insubordinações.

Um outro aspecto a ser abordado no tangente ao do relacionamento dos escravos com os seus senhores, é o que se refere as transações comerciais realizadas.

Na nossa busca por documentos, no cartório da segunda vara criminal e civil de Arica nos deparamos com um significativo registro do Livro de Notas sobre escravos datado de 14 de fevereiro de 1870 a 10 de fevereiro de 1872 que reforça a concepção do escravo -coisa, ao catalogar um ser humano(escravo) como mera mercadoria.

Diante de tão reveladora prova dessa concepção, passaremos à análise do documento

¹¹. Magnani, José Guilherme Cantor. Umbanda. São Paulo: Ed. Ática. 1986, Pág. 18.

a seguir:

"Comprador	Valor	Idade
Pio de Vasconcelos	500 mil reis	
Francisco Xavier de Melo	3 contos de reis	80 annos, 8 annos
Manuel da Silva(farmacêutico	600 mil reis	
Joaquim Antono de Sampaio	500 mil reis	
Capitão Manuel Valentim Barbosa de Andrade	Um conto de reis	6 meses
Maria Laurinda Alves da Conceição	800 mil reis	34 annos
Manoel Camelo de Vas concelos	20 mil reis	cabra, 7 annos(parte)
Tenente Santos da Costa Gondim.	700 mil reis	16 annos, pardo escuro,
Bento Sampaio	1 conto e 800 mil reis	
Justiniano Cesar Falcão	300 mil reis	
Herminio Melquiano Ramos	800 mil reis	crioula, solteira
Justiniano Pessoa de Vasconcelos	aproximada mente 498 reis	8 annos, agricultora
Capitão Benjamin da Cruz Gouveia	700 mil reis	agricultor, 21 annos
Antonio José da Silva	500 mil reis	13 annos, Rio Grande do Norte, solteira
José Pedro da Silva Cazumba	1 conto de reis	parda, 19 annos, Areia
Justino Cesar Falcão	500 mil reis	35 annos, Areia, preto, Agricultor. " 12

A partir deste documento, verificamos, em primeiro lugar, que qualquer escravo, independente de sua idade, poderia ser comercializado. Encontramos anúncios de escravos com idade entre 2 meses até 80 anos.

Um outro dado levado em consideração, na relação compra e vendas segundo o próprio documento, era a aptidão que o cativo possuía. No caso da cidade de Areia(Pb),

12. Livro de Notas da do cartório da 2a. Vara Criminal e Civil da Cidade de Areia(Pb), 1870-1888.

podemos verificar que havia uma certa predominância para a agricultura, assim como em outros municípios onde prevalecia a ocupação algodoeira, como por exemplo na cidade de Campina Grande, de acordo com o historiador Luciano Mendonça.

"Tanto na agricultura do algodão
e produtos de subsistência, quanto nas
atividades pastoris os escravos foram am-
plamente utilizados." 13

Diferentemente do sertão, onde segundo a historiadora Diana Galliza, predominava a pecuária.

Além dos aspectos analisados é importante ressaltar que havia a comercialização dos escravos feita entre as províncias, no caso entre Paraíba e Rio Grande do Norte.

Era comum o comércio de escravos em Areia, não só entre pessoas do Rio Grande do Norte, como também entre cidades paraibanas, como Campina Grande e Cuité. É o que podemos verificar nos documentos abaixo:

"Aos tres de janeiro do anno
de mil oitocentos e setenta e três, Belarmino
Pereira de Melo, natural de Cuité vendeu os
escravos Paula e Bernardo, a Herminio
Melquiano da Silva Ramos, por 600 mil

13. Lima, Luciano Mendonça de. *Pregando Peças e Cativando Sonhos: Escravidão e Resistência Em Campina Grande*. Campina Grande: texto impresso, pp. 17.

Reis. A testemunha foi Candido Fabrício do Espírito Santo. (O tabelião).

No anno de 1871, a escrava Sebastiana foi vendida por Joaquim Antonio Sampaio, morador de Barra do Juá(termo de Campina Grande), por quinhentos mil reis, a Pio de Vasconcelos morador na Laranjeira. (termo de Areia)."¹⁴

De maneira geral, assim eram comercializados os escravos na cidade de Areia(Pb), ao nosso modo de ver uma transação puramente comercial, sem nenhum vínculo afetivo, emocional, já que muitas vezes aconteciam vendas desses escravos como pagamento de alguma dívida.

Também é importante o registro acerca do fato de, em algumas vezes os escravos interferirem no processo de sua própria comercialização.

O historiador Sidney Chalhoub, em seu livro "Visões da Liberdade", analisa a participação efetiva dos escravos no processo da própria venda, fato ocorrido no Rio de Janeiro e o mesmo se deu em Campina Grande, no ano de 1872, quando um cativo se recusou a sair lugar em que morava, temendo perder o contato com os parceiros.

¹⁴. Livro de Notas do cartório da 2ª. Vara Criminal e Civil da Cidade de Areia. (1870-1888)

A nossa idéia é que tal documento é fruto de uma construção. Tal fato mostra a oposição da teoria do escravo-coisa, ou seja, mero trabalhador.

Ainda no âmbito da questão do relacionamento entre escravos e senhores a que nos propusemos desde o início deste capítulo, a analisar, passaremos a descrever a relação de vigilância estabelecida entre os cativos.

Para melhor compreendermos essa vigilância estabelecida, precisamos saber que existiam em Areia (Pb), os escravos oriundos da África, que eram chamados de boçal, como também os nascidos no Brasil que eram denominados de crioulo.

No filme "Na Rota dos Orixás", do cinematográfico Ronaldo Barbieri, existem as seguintes informações: a primeira foi a de que os escravos oriundos da África, antes de viajarem, eram obrigados a passar por uma árvore de "esquecimento" tendo que dar 7 voltas(para as mulheres; 9 para os homens), ao seu redor para esquecer o seu legado cultural e assim os senhores acreditavam que os cativos tornar-se-iam pessoas submissas, incapazes de preparar revoltas.

A outra mensagem contida no filme foi a seguinte: os cativos não podiam viajar com nenhum pertence, inclusive os instrumentos musicais como forma de fazê-los perder sua identidade sócio-cultural.

Por sua vez, os Senhores escolhiam os escravos mestiços em geral para vigiarem

15. Atlântico Negro: na Rota dos Orixás(filme cinematográfico)/(entidade produtora) Renato Barbieri; Albina Smanch; (direção Ronaldo Barbieri).

1 bobina, um minuto

os demais (este era um cargo de confiança.) Esta seleção se justifica pelo fato de que aparentemente os mesmos não aceitavam tão facilmente a condição inferior que lhes era imposta.

Cabia, então, aos feitores vigiar os demais cativos, quando estes trabalhavam na produção dos engenhos.

Também, havia a vigilância feita pelos Senhores, quando os escravos dedicavam-se à oração, visto que não admitiam a perda de tempo dedicada aos aspectos religiosos, quando se podia aproveitá-lo trabalhando, porém isto não era uma regra geral, pois na cidade de Areia alguns senhores permitiam a dedicação à reza.

Por outro lado, além da perda de tempo, os senhores também se preocupavam com o fato de através da religião os cativos se fortalecerem resgatando o legado cultural e a unidade perdida.

É, Justamente, a esta idéia de perda de tempo que passaremos a nos dedicar, neste momento, pois se já era inadmissível, para os Senhores, que os escravos "perdessem" tempo com orações, mais forte ainda era a vigilância para com os momentos de lazer, isto por que as alternativas encontradas pelos cativos como oposição à escravidão foram as revoltas, os quilombos, os jogos, as danças e as festas religiosas.

De certa forma, os Senhores de engenho tinham de verdade motivos para tentar evitar, o máximo possível, o tempo dedicado a este lazer, já que, com o passar do tempo, alguns desses momentos foram se tornando palco para a preparação de revoltas contra a escravidão.

Um dos mecanismos criados, pelos Senhores de escravos, a fim de facilitar a vigilância sobre o comportamento dos cativos, em nível nacional, foi a imprensa escrita. Na Paraíba, de acordo com a historiadora Fátima Araújo, o primeiro jornal publicado foi a Gazeta do Governo da Paraíba do Norte, no ano de 1816.

No tocante à cidade de Areia(Pb), foi fundado, no ano de 1.877, o jornal "o Areiense", tendo sido este o primeiro jornal da cidade. O seu criador foi Júlio Silva, que possuía uma máquina de descaroçar algodão, fato este que deixa implícita a idéia de que o mesmo era proprietário de escravos, pois a cultura algodoeira, de acordo com a historiadora Diana Galliza, empregava cativos.

Assim sendo, um dos objetivos desse órgão da imprensa era manter a escravidão, concomitantemente os privilégios que o escravagismo proporcionava aos possuidores de escravos.

Podemos averiguar a afirmação acima realizada, através dos anúncios publicados no jornal "o Areiense":

"Cidade de Areia, (província da Parahyba do Norte).

1. o Areiense, Anno 2, Sábado, 11 de Maio de 1878, pág. 2, no. 25.

No dia 20 de Maio ultimo fugio da
fazenda do abaixo assignado, no lugar
Jandaira deste termo, seu escravo-
Manoel(...) Quem o aprehender e levar a

casa do abaixo assignado será bem
gratificado.

José Alves Lima.

2 o Areiense, Anno 1, Sábbado, 29 de dezembro de 1877, Pág. 4.

Cidade de Areia, província da Parahyba do Norte.
(publicação semanal).

Annuncios.

Acham-se fugidos os escravos

Francisco, de corpo regular, nariz um
tanto afilado, comprido, pouca barba no
queixo inferior, (...) ar alegre, tem por
costume quando fala rir-se.

Felismino, irmão de Francisco, (...) sendo os mesmos pertencentes ao snr.
Manoel Henriques de Sá Carvalho e
Costa, residente no Catholé do Rocha.

Roga-se a qualquer pessoa, que
aprehender os referidos escravos, que
faça delles entrega nesta cidade a
Tertuliano Gonçalves Lisboa, em Pilões
a João Alves Feitoza, que será bem

recompensado."

Este último anúncio revela a existência de fugas organizadas entre membros da mesma família. De acordo com o antropólogo Roger Bastide, a situação do escravo fugitivo é mais uma forma de mostrar a saudade da África do que da vida com seus grandes reinos (no caso do Brasil), já que as condições geográficas, demográficas, políticas são outras para às quais é necessário se adaptar. Principalmente, não se pode desvincular esse nível da situação social em que surge e que é de luta por parte de um grupo explorado contra a parcela social dirigente.

Para nós o aspecto mais importante deste documento foi a vigilância do comportamento do cativo, pois para os senhores este deveria ser uma pessoa apenas dedicada ao trabalho.

Como já mencionamos anteriormente, a organização dessas fugas, em parte se dava nos momentos de lazer. Daí por que a preocupação do jornal "o Areiense" em denunciar os encontros realizados pelos escravos para se distraírem. Como comprovamos através da seguinte denúncia publicada no dia 1º de agosto de 1877:

"É ESCANDALOSO

Chamamos a atenção do Sr. Delegado
para os frequente repetido jogos, que se dão
todos os domingo na povoação de lagoas:
pois ali, joga o escravo sem consentimento

do Senhor(...)" 16

Apesar de todos os recursos utilizados, no sentido de reforçar a vigilância sobre o comportamento dos cativos, inclusive as leis das províncias, estes prosseguiram criando alternativas contra a escravidão, como a dos Quilombos.

Os Quilombos eram comunidades organizadas pelos escravos, com economia própria, localizando-se distante do engenho, em geral próximo as matas.

Também podia ser cinco ou seis casebres no meio da floresta, onde se encontravam alguns negros, plantando na roça ou vivendo de frutos do mato, como podiam ser organizações poderosas, como no caso o de Palmares, entre Pernambuco e Alagoas, que chegou a ter vinte mil habitantes.

A historiadora Diana Galliza fala de escravos paraibanos de um quilombo remanescente, com componentes de vários lugares da província paraibana, inclusive de Areia, na seguinte citação:

"O jornalista paraibano Ivaldo Falconi admitiu ser a comunidade negra caiana localizada no município de Alagoa Grande, remanescente de um quilombo formado muito antes da abolição por negros fugitivos de

16" o Areiense", Sábado, 1 de Agosto de 1877, Pág. 3, Nº 8.
Cidade de Areia(província da Parahyba do Norte).

Campina Grande, Alagoa Nova, Areia e

Alagoa Grande."¹⁷

Por outro lado, existiam pessoas que não faziam parte dos quilombos, mas avisavam aos seus componentes quando a polícia estava organizando-se para localizar e destruir a instituição citada.

Existiu o quilombo do Engenho do Espírito Santo que foi aniquilado pela polícia da Paraíba, em 1851.

Documentos e livros referentes relacionados a história da Paraíba mencionam a presença de dois quilombos. Estes se localizam no litoral. O mais importante foi o do Cumbe, composto por escravos remanescentes de Palmares.

Se existiram outros quilombos, na Paraíba, eles não deram motivos para que a polícia fosse nos respectivos lugares com o intuito de destruí-los.

O quilombo estava sempre pronto para uma guerra, pois inexistia condições de lutar se acostumando ao adversário; a guerra, da mesma maneira que havia o processo de adaptação pacífico, é um dos processos pelos quais as civilizações se interpenetram concomitantemente que se combatem. Em outras palavras, havia o cruzamento da cultura africana com a do homem branco.

Outra forma que os cativos de Areia encontraram contra a escravidão foi as danças, como aparenta mostrar o historiador Domingos de Azevedo, no seguinte trecho:

¹⁷. Galliza, Diana Soares de. Op. Cit. Pág. 96-97.

"Dele participaram como líderes, os ex- escravos Militão, Benedito, Anselmo, Cofique e Serapião, os quais organizaram parte das relativas à Abolição, como danças, côcos e maracatus." 18

O documento acima aparenta mostrar que os cativos de Areia não eram meros trabalhadores, como diz a teoria do escravo-coisa. Sabemos que todo documento é fruto de uma construção, de um conjunto de intenções. Mas, o documento acima aparenta a verossimilhança de que alguns cativos de Areia não foram passivos tanto quanto os senhores esperavam, ou seja, construíram uma brecha na trajetória retílinea estabelecida para eles.

O historiador Horácio de Almeida, nos informa que os festejos eram promovidos pelas irmandades compromissadas. Da irmandade Nossa Senhora do Rosário de Areia fazia parte pessoas livres e escravas.

No fim do século XIX, o maracatu, uma festa carnavalesca, folgança de negros ensaiada por João Lopes e João Branquinho. Era um conjunto de negros, cantando.

O historiador Horácio de Almeida, faz referência a dança do congo no seguinte trecho:

"Pretinhos do Congo

Para onde é que vão." 19.

18. Ribeiro, Domingos de Azevedo. Manoel da Silva: Abolicionista Radical. IN: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, Ano LXXXII, Nº 28, João Pessoa: Ed. Universitária-URPB, 1995. Pág. 97.

19. Almeida, Horácio de. Brejo de Areia. Pág. 194.

O folclorista Roberto Benjamin informa que a antiga comunidade de Pombal(Paraíba), mantém em todo o esplendor a Festa do Rosário de Nossa Senhora, devoção de pretos escravos, com seus reis negros e o auto dos Congos. 20.

A informação acima nos leva a verossimilhança de que em Areia(Pb), também existiu a coroação de reis negros, quando acontecia a festa de Nossa Senhora do Rosário. Há vestígios de que mesmo em Portugal, antes do Brasil ser descoberto, a Irmandade do Rosário que havia no Convento dos Dominicanos já coroava reis negros. Com o processo de colonização, esse costume chegou ao Brasil.

A maior parte dos estudiosos da cultura negra no Brasil faz referências a uma Rainha Ginga que em um dos autos dos Congos(Rio Grande do Norte) levou a procura e achado de uma figura histórica desse nome, na área do rio do Congo, na África.

Também já se afirmou frequentemente, que a presença dos reis negros foi mais um meio de dominação do branco, servindo de ajuste e controle social do negro. Essa afirmação parte tanto do fato de que as coroações eram aceitas e estimuladas pelas autoridades, como pela facilidade com que os senhores auxiliavam os escravos a organizar a festa e adquirir a condição de rei negro.

Portanto, não podemos afirmar que, o escravo de Areia não foi herói nem bandido, mas o agente histórico-global que lutou para construir alternativas contra a condição de pessoa subalterna. Os aspectos de uma ordem religiosa não devem ser abandonados. É importante destacar o caráter catequético do auto. Alguns autores consideram que a maneira inicial do

20. Benjamin, Roberto. Congos da Paraíba. Vol. 18. Pág. 3. 1977. (Coleção Cadernos de Folclore).

folgado teria sido um auto de evangelização, do estilo tão agradável aos jesuítas que desenvolviam o tema a partir de um esquema geral, onde existiam aspectos da cultura dos grupos que iam ser catequizados.

É necessário lembrar que em várias áreas, as festas profanas do Rosário serviram para camuflar festejos de religiões africanas não cristãs, cujos rituais eram estabelecidos pelas autoridades religiosas e policiais.

Na festa de Pombal existe o costume da coroação de reis negros, associadas a autos populares, que foram comuns em quase todas as regiões onde existiu o trabalho escravo no Brasil. Não encontramos nenhum documento referente a este fato na cidade de Areia(Pb), mas essa informação não deixa de ser uma verossimilhança.

O conceito de religião por nós escolhido para definir o que é religião, foi o que resgata a memória de uma unidade perdida e a esperança por um futuro de reconciliação, como podemos ver na citação abaixo:.

"A religião é a memória de uma
unidade perdida e a nostalgia por um futuro
de reconciliação." 21

O tráfico negreiro ao limitar pastores e agricultores homens da floresta e da savana, componentes de vastos impérios e organizações tribais, cultuadores de antepassados, nobres a escravos, gerou um processo que tinha iniciado nos portos de embarque na África: a destruição de laços étnicos e familiares.

21. Umbanda. Alves, Rubem. Pág. 4.

Foi a partir de batuques que algumas tradições religiosas dos escravos conseguiram conservar sua mitologia e rituais. Para o antropólogo Roger Bastide, o candomblé verdadeiro guardião de valores africanos no Brasil, formou um lugar onde os laços de linhagem destruídos pelo tráfico de cativos e a escravidão aniquilou, foram substituídos por laços de famílias religiosas.

Outras formas encontradas contra a escravidão, aprofundaremos no terceiro capítulo desta monografia, como forma de refazer os caminhos trilhados rumo a tão almejada libertação.

Capítulo III: A Trajetória de Libertação dos Escravos Areienses.

O despertar de uma consciência coletiva para a realidade de exploração, vivenciada pelos escravos, no município de Areia-Pb, deu-se aproximadamente no ano de 1.871.

Este despertar significou a concretização de um sonho de liberdade existente desde o início da época do Brasil colônia(1500-1821), uma vez que, neste período, já existia a prática de conseguir a alforria, entretanto a mesma não era legitimada.

Podemos atribuir o início da trajetória da libertação dos escravos areienses ao farmacêutico Manuel da Silva que nasceu em Areia no ano de 1.837, onde viveu até, aproximadamente, o ano de 1.857. A partir de então foi para a Bahia, a fim de ingressar no curso de farmácia, o qual concluiu em 1.862. Curso este oferecido pela faculdade de medicina.

Como se trata do líder da campanha abolicionista da escravidão em Areia, é importante registrar a influência que ele recebeu, no período que correspondeu a sua estada na Bahia.

Assim sendo, podemos mencionar a existência nas faculdades da época, da crença de que era a mistura de raças que provocava a criminalidade, ou seja, um verdadeiro atentado à segurança pública, através desta miscigenação, poderia ocorrer, por parte dos escravos uma tendência à revolta e à indisposição para o trabalho.

Além do mais, corria-se o risco de que esses cativos tentassem se igualar economicamente aos seus senhores, visto que alguns já tomavam consciência de que a

escravidão fazia parte do horizonte de suas vidas.

Tal fato é mencionado pelo historiador Horácio de Almeida, quando transcreveu o seguinte trecho do poema que era declamado pelos escravos, quando os senhores de engenho estavam longe:

"(...) Senhô de éngem ceva cana
Lavradô tira bagaço
A filhinha que ele tem
Carrega mel no bagaço."¹

Ao retornar de Areia, Manuel da Silva encontrou dificuldades para exercer a profissão de farmacêutico, visto que não encontrou campo.

Passou, então, a engajar-se na causa abolicionista, tendo criado a Sociedade Emancipadora Areense, no ano de 1.873, que tinha como um dos objetivos principais arrecadar dinheiro para possibilitar a alforria dos escravos.

Um outro motivo que, possivelmente, levou à criação da Sociedade Emancipadora Areense foi a crença de que somente a lei do Ventre Livre(1.871) não seria suficiente para a libertação dos cativos. Tudo indica que essa lei foi fruto das lutas dos escravos, pois a prática de atingir a liberdade existiu durante o Brasil colonial e monárquico, mas só adquiriu legalidade com a Lei citada..

Manuel da Silva passou a estabelecer contatos com outros profissionais(1 comerciante, 1 tabelião e outros) no sentido de fundar a instituição citada. Sentimos, aqui, a necessidade de registrar o encontro existente entre Manuel da Silva e o estudante de Direito, Augusto Teixeira de Freitas. Este último, nascido na Bahia e tendo se formado em Olinda como

¹ ALMEIDA, Horácio de. Brejo de Areia. João Pessoa: Universitária, 1.980. p. 106.

advogado.

A partir dos contatos estabelecidos com Augusto, Manuel da Silva ficou sabendo que o direito se diferenciava das outras ciências humanas, por tentar associar-se, apenas, as leis e certezas em suas trajetórias, sendo por essas leis que se pode encontrar a civilização de um povo.

Imbuídos, então, deste espírito de leis e certezas, foi criado um documento no qual estava contido os preceitos básicos que norteavam a Sociedade Emancipadora Areiense.

A respeito do funcionamento da Associação Emancipadora Areiense, o art. 8º. do cap. 3, esclarece que a mesma era composta por um presidente, um secretário, um tesoureiro, um procurador, um orador. A cada um se atribuía deveres específicos. O presidente tinha a obrigação de convocar os outros componentes sempre que fosse preciso, administrar as sessões e assinar os atos, convencendo os outros indivíduos a fazer o mesmo, ainda ao término de cada ano o mesmo tinha a incumbência de publicar na imprensa da capital da província a quantidade das emancipações que tinha conseguido.

Para nós, tais assinaturas eram importantes, pois, se na reunião posterior alguém falasse que não aceitou algo, estava a prova de que o próprio indivíduo tinha assinado.

Ainda sobre os componentes do diretório, o tesoureiro tinha a obrigação de guardar todos os papéis da associação e se responsabilizar por eles.

Também era da sua competência a organização do capital fruto das jóias, mensalidades e donativos que recebesse, mostrando o recibo de qualquer despesa necessária para a referida associação.

Quanto às profissões dos componentes da instituição citada acima, havia um

farmacêutico, vários comerciantes, um professor, advogados, tabeliães e até senhores de engenho que tinham escravo.

Entre os anseios desta instituição, havia o de divulgar o seu trabalho por outras áreas da província paraibana, aceitando como sócio correspondente, os habitantes de outras cidades.

Ao analisarmos o referido documento, constatamos inicialmente os objetivos dessa associação, que se configuravam no intuito de proteger os escravos em tudo aquilo relacionado aos seus interesses pessoais.

"Os sócios que forem advogados só
poderão promover os direitos de qualquer
possuidor de escravo nos casos em que esse
direito for evidente, ou quando esse for
propriedade sua: o infratôr pagará cinquenta mil
réis por cada cabeça de escravo cujos direitos
impungar."²

A partir do documento acima, podemos pensar na idéia existente de que os cativos só possuíam direitos estabelecidos pela parcela social dominante.

Por outro lado, se faz necessário ressaltar o ritual de entrada a essa associação, os seus componentes eram aceitos por proposta oral ou escrita, por maioria de votos do diretório. A referida proposta poderia ser feita a qualquer um dos membros do diretório

² Estatuto da Associação Emancipadora Areiense. Cap. 5. Art. 35.

e em qualquer tempo, depois de organizado o mesmo.

Quanto aos sócios que exercessem à advocacia, existia uma exigência que os advogados só poderiam promover os direitos de qualquer pessoa detentora de escravos, nos casos em que esse direito fosse claro, quando o cativo fosse sua propriedade. Quem fugisse dessa norma, pagaria uma multa por cada cabeça de cativo cujos direitos negasse.

Referindo-se ao prestígio, possuía o direito de pertencer à entidade, as pessoas que mostrassem a carta de alforria de algum escravo, pois como vimos anteriormente, a instituição em análise tinha como objetivo principal conseguir a alforria dos escravos .

Assim sendo, através da formação da Sociedade Emancipadora Areiense-Pb, deu-se início à luta pela libertação dos escravos areienses. Este ritual se complementava através de um juramento segundo o qual todo sócio teria que fazer com base nos livros religiosos.

"Nenhum socio poderá
ser considerado com tal, sem que em um
livro dos Santos Evangelhos preste o
seguinte juramento: juro perante Deus e os
homens proteger a causa da liberdade dos
escravos, de acordo com o que dispõe os
presentes estatutos e a lei em vigor." ³

O outro cargo dessa associação, era o de orador, que tinha a incumbência de divulgar

³. Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Art. 6, Cap. 2.

em cada sessão ordinária e nas extraordinárias os avanços que a associação conseguiu, o número de alforrias conseguidas por intermédio da mesma.

Sobre as alforrias, a historiadora Diana Galliza, no livro "o Declínio da Escravidão na Paraíba", menciona o fato de serem as mesmas a maneira mais comum para libertar o escravo entre outras, tais como doação, declaração de batismo, testamento.

Existiam várias formas encontradas pelo cativo para adquirir a alforria, muitos cultivaram terras doadas pelos senhores, nos feriados ou dias santos, formando destarte um pecúlio, como Benedito, (escravo areiense) que no ano de 1.871 tinha plantado algodão e comerciava com o produto.

" Em 1871, em Areia, o escravo
Benedito plantar algodão e comerciava
com o produto." 4

Sabemos que todo documento é cheio de intenções, parte de um lugar, mas existe uma verossimilhança de que os cativos durante a segunda metade do século XIX(1850-1888) adquiriram a liberdade com o dinheiro oriundo dessa monocultura.

Essa informação tenta mostrar que os escravos de Areia(Pb), não eram meros trabalhadores, como diz a teoria do escravo-coisa

Tal caso encontramos no Livro de Notas de escravos Areienses(Pb), o mesmo data de 1870 a 1888 e pertence a 2º. VARA CRIMINAL E CIVIL DA CIDADE DE AREIA.

Nosso encontro com esse livro perpassou por caminhos tortuosos que só serviram para

4. Galliza, Diana Soares de. o Declínio da Escravidão na Paraíba. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPb. 1979. Pág. 148.

nos impulsionar ainda mais, com a certeza de que estávamos, realmente, diante da possibilidade de develar este passado adormecido, até então, para nós.

De acordo com o historiador Sidney Chalhoub, em seu livro "Visões da Liberdade", há possibilidade de fazer uma nova interpretação da Lei do Ventre Livre, como fruto de uma lei cujas disposições principais foram conseguidas pelos próprios escravos.

Nas vendas judiciais ou nos inventários o preço era o da avaliação.

Os valores das manumissões mudavam. A historiadora Kátia de Queiroz, analisando as alforrias na província da Bahia, concluiu que os valores das cartas de liberdade estabelecidas a partir do apreço que os proprietários tinham fazia com que o valor da alforria, fosse menor do que o estabelecido pelo mercado.

Um dos frutos da pesquisa feita nos Livros de Notas do cartório de Areia, foi a percepção de que existia a diferença referente ao preço da carta de alforria entre pessoas da mesma faixa etária, apenas devido a diversidade de côr, como podemos ver nos documentos a seguir.

1" No anno de mil oitocentos e setenta e dois, um escravo pardo de dezesseis annos de idade, foi alforriado pela quantia de setecentos mil réis.

2. No anno de mil oitocentos e setenta e um, um escravo crioulo, de treze annos de idade, foi alforriado pela quantia

de trezentos mil réis." 5

Os documentos acima, aparentam mostrar que quanto mais a cor do cativo se aproximasse da pigmentação da pele branca, menor seria o preço para a sua alforria. A historiadora Diana Galliza, nos passa o seguinte conhecimento: se o senhor não quisesse libertar o escravo, o mesmo poderia colocar seu pecúlio com o juiz da área, o qual estabeleceria o valor da sua liberdade, se a quantia fosse suficiente. O juiz de órfãos da cidade de Areia, entregou à escrava Ana a carta de liberdade por ela ter mostrado a quantia de cem mil réis, preço pelo qual tinha sido avaliado em inventário.

"O juiz de Órfãos de Areia passou
carta de liberdade a escrava Ana por ela ter
exibido a quantia de cem mil réis, preço
pelo qual avaliado, em inventário." 6

As cartas de alforria as quais tivemos acesso no cartório da 2a. VARA CRIMINAL E CIVIL da cidade de Areia(Pb), são referentes aos anos 1.870-1888, foram vinte e dois documentos, percebemos que possivelmente 5 foram adquiridas com a liberdade total, quatro pelos bons serviços prestados, 2 pagas com o dinheiro oriundo de herança. Houve 5 com a condição de liberdade condicional(inclusive uma feita por um Padre, 6 por pagamento de dívida.

Uma das cartas de alforria que muito nos chamou a atenção foi a que revela uma situação inusitada.

Este fato vem a reforçar a concepção do Ser Humano, na época, que persistia em ver

5. Livro de Notas do Cartório da 2a. VARA CRIMINAL e CIVIL de AREIA. (1870-1888).

6. Galliza, Diana Soares de. Op. Cit. Pág. 152.

no escravo o "objeto" que pode ser utilizado como pagamento para aquisição de bens materiais.

Podemos, também, através da análise das cartas de liberdade, ver o limite imposto aos escravos, pois existia a idéia de que o cativo devia estar sempre à disposição do senhor até o final da vida.

"Em onze de julho de mil
oitocentos e setenta e nove, a escrava
Belarmina de três annos adquiriu a
liberdade com a quantia de trezentos
mil réis, com a condição de prestar
serviço metade do tempo para o ex-
proprietário, a outra metade para
qualquer pessoa que lhe convinha. " 7

Ademais, fica claro a fragilidade do conceito de liberdade para a parcela social dominante, na cidade de Areia-Pb, uma vez que assegurava, apenas, parcialmente a liberdade do cativo, sendo este obrigado a estar disponível para servir ao antigo senhor, durante o tempo que lhe conviesse.

Os abolicionistas também fizeram uso da imprensa para impulsionar a doação de cartas de alforria e acelerar o fim da escravidão em Areia, divulgaram a propaganda

7. Livro de Notas da 2a. VARA CRIMINAL e CIVIL de AREIA, (1870-1888).

abolicionista pelo jornal "o Areense", que iniciou a circular em 1877 e que seguiu o movimento. Mas, para reforçar a campanha, Manoel da Silva criou o jornal "a Verdade", em março de 1888, dois meses antes da abolição, o qual, além de aprofundar a propaganda abolicionista, tentou convencer os possuidores de cativos, divulgando os nomes dos proprietários desses escravos.

Segundo a historiadora Diana Galliza, em 1880, a Associação Emancipadora Areense tomou medidas radicais para apressar o fim da escravidão. Foram nas senzala impulsionando fugas de cativos. Os mencionados escravos se refugiavam no sítio São José, propriedade de Simão Patricio da Costa Senior, membro da instituição citada. Diversas vezes, a propriedade foi ameaçada por tropas da polícia.

Feita a análise do processo abolicionista em Areia Pb, passaremos a detalhar o papel da religião nesse processo.

O Padre de Areia, Sebastião Bastos de Almeida Pessoa, componente da Associação Emancipadora, lutou pelo fim da escravidão, organizou uma reunião com os seus paroquianos, para convencê-los a libertar os cativos. Manuel da Silva não foi para esse evento, porque não aceitava nenhum acordo entre os proprietários e seus escravos.

Mas, de acordo com a historiadora Diana Galliza, essa ausência foi um recurso utilizado pelo Padre Sebastião Bastos para levar o maior número de pessoas a essa reunião.

De início, o religioso lia uma carta do Bispo Diocesano, que dizia ser a escravidão contra os princípios da religião.

Posteriormente, o advogado João Lopes Pessoa da Costa elogiou a atitude do vigário, declarando libertos os seus escravos. No término, o Padre Bastos pediu aos presentes para libertar os escravos .

Sete possuidores de escravos assumiram o compromisso de libertá-los.

A câmara municipal de vereadores seguiu o movimento, criando impostos sobre as pessoas que ainda possuíssem escravos..

Reservamos para um segundo momento deste capítulo, sobre a trajetória da libertação dos escravos de Areia-Pb, a questão do uso que os escravos areienses fizeram da religião católica para ajudar no processo de libertação da vida escrava.

Passaremos a analisar os caminhos utilizados para atingir esse objetivo. Um deles foi a Irmandade Nossa Senhora do Rosário, fundada em 1.873 e que funcionava na Igreja de mesmo nome.

De maneira geral, as Irmandades foram fundadas, inicialmente, em Portugal. E, com o processo de colonização chegou até o Brasil.

Faziam parte dessa entidade pessoas escravas e livres de qualquer condição social, como se verifica no Artigo Terceiro do Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

"Toda pessoa de qualquer
condição social pode pertencer a esta
Irmandade."⁸.

⁸ Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Areia(Pb), Art. 3.

De acordo com a pesquisa feita sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Areia, Manoel da Silva, um proprietário de escravos, passou a fazer parte desta instituição em 1873.

Alguns integrantes da instituição citada contribuíram financeiramente, de acordo com suas possibilidades para os cofres da Irmandade. 9

Feita a análise da contribuição do farmacêutico Manoel da Silva, das Irmandades e das Confrarias para o processo abolicionista em Areia-Pb, passaremos a detalhar o papel da religião nesse processo.

Para tanto faremos uma retomada de como se dava a questão religiosa entre os cativos.

Os mesmos cultuavam a umbanda, que foi reprimida pela Igreja Católica, só passou a ser aceita a partir de 1796, porque antes a polícia era requisitada para acabar com essas manifestações, nas quais os escravos tinham oportunidade de conviver com os parentes de laço religioso, o que substituía a família de sangue, pois os escravos se fortaleciam. A união consanguínea foi aniquilada pela escravidão, pois no mercado de escravos os parentes e parceiros de aldeia tomavam geralmente rumos diferentes, para evitar as revoltas. Nesse momento se cultuava a crença africana, ou seja, a umbanda.

Já que o culto da crença a umbanda foi reprimida como falamos anteriormente, a

9. Parte da quantia arrecadada era destinada à compra da alforria de outros escravos, decisão esta tomada pelos doadores, com o intuito de adquirir prestígio entre os componentes da instituição, conseqüentemente, dissimular a condição própria de pessoa humilhada já que era escravo. Só que isso não aconteceu em Areia.

maneira encontrada para camuflar isto, foi a substituição dos Orixás pelos Santos da Igreja Católica. Em outras palavras, as posturas municipais não conseguiram impedir as reuniões dos cativos para cultuarem a sua crença religiosa.

O historiador Antonil menciona, que em 1.711, já havia festas de São Benedito e de N. Sra. do Rosário. O Santo escolhido pelos negros para ser o protetor deles foi São Benedito, por ser da mesma côr que eles, mas a Igreja não aceitava, como diz o historiador Roger Bastide na citação abaixo:

"São Benedito é preto como nós.

Ele bebe garapa."¹⁰

As frases acima mostram que os escravos queriam construir uma brecha contra a condição de pessoa subalterna, através da religião. A religião africana se manteve no Brasil devido à mistura mais ou menos profunda que teve com o cristianismo .

O historiador Roger Bastide nos fala que a atração do catolicismo para os negros foi o fato de existir um percurso semelhante ao da religião africana para ser realizado com o intuito de ter acesso à entidade religiosa suprema , como mostra na seguinte citação.

"O que de fato, os negros viram no catolicismo foi a existência de um Deus supremo que ficava no céu, mas de tal forma transcendente, que para

10. Bastide, Roger. as Religiões Africanas no Brasil. São Paulo: Livraria Pioneira Ed. Pág. 166.

chegar até ele era recomendável passar
por toda uma série de intermediários,
por Jesus Cristo, seu filho, a virgem, a
mãe de Jesus, e abaixo (...)os Santos .
Exercendo uma função social bem
definida: fazer encontrar objetos
perdidos, curar doenças dos olhos(...)"¹¹

Essa hierarquia citada acima existia tanto na religião Católica, como na africana.

Também havia a questão da seguinte crença: esse Deus de pedra libertaria os fiéis do cativo, os faria senhores da raça branca.

Sabemos que essas tentativas de através da religião conseguir deixar de ser escravo, nem sempre foram vitoriosas, mas achamos que o historiador deve resgatar, recuperar, as vitórias e as derrotas dos escravos, parcela social que só foi ouvida quando se comportou de maneira curvilínea com relação à trajetória linear estabelecida pelos senhores de escravos.

Por sua vez, as festas religiosas foram criadas com o intuito de distrair os escravos e, conseqüentemente, evitar as revoltas.

O historiador Gilberto Freyre nos fala da permissão dessas festas, como tendo sido aconselhado por um Padre Jesuíta. O problema maior não era a questão de aceitar os momentos de lazer em si, mas o aspecto da elaboração das revoltas nesses momentos de distração, medo esse existente por parte das autoridades e senhores de escravos.

Esse receio existiu a partir de um movimento que aconteceu em Salvador no ano

¹¹. Bastide, Roger. Op. cit. Pág. 227-228.

de 1.835, cuja liderança era composta por escravos muçulmanos, denominado Levante dos Malês. Tendo sido organizado nos dias feriados em que ocorriam as festas religiosas.

Dentro do que denominamos "Trajetória de Libertação" é indispensável mencionar a questão do suicídio, como ritual religioso, pois os escravos acreditavam que, no além, iam se encontrar com os antepassados, como podemos verificar na seguinte citação do historiador Roger Bastide:

"Ora, o que nos interessa mais é que o
suicídio foi também um protesto religioso." 12

Parece que muitos escravos descendentes de reis africanos não aceitavam o regime servil e tinham a esperança de encontrar-se com os ancestrais, para juntar-se a eles no outro mundo.

Contudo, analisando mais detidamente esse aspecto do suicídio, deduzimos que em Areia-Pb, essa prática também acontecia, com o intuito velado, de libertação do sistema escravagista. É o que podemos encontrar descrito na crônica do jornal "o Areiense", transcrita na íntegra:

"Scenas da Escravidão"

É com o coração tranzido de dor que
o Areiense vê-se nesta imperiosa
necessidade de narrar um desses factos,
que em si demonstram como a alma
humana, em seus tristes momentos de

12. Bastide, Roger. Op. Cit. Pág. 122.

descrença e de desesperança, pode ultrapassar as raias desta resignação evangélica tão necessária para suportar-se os reveses e as vicissitudes da vida, sempre cheia de amarguras e dores e de prazeres incertos, na expressão elegante de um dos grandes doutores da nossa Santa Igreja.

Não se trata de outra cousa sinão do suicidio de um infeliz que desde os primeiros momentos, desde as primeiras impressões da vida até seus ultimos transes angusiosos respirou este ar mephytico da escravidão, o qual atrophia estes impulsos, estes sentimentos tão generosos que Deus agravou no coração humano.

Incutindo-se no animo do escravo- Domingos que era livre pela lei abandonou a companhia de seu senhor, e veio residir na villa de Alagoa

Nova.

Ali não havia repouso das
canceiras da jornada, quando soube que
o seu senhor vinha em busca dellle, que
seu novo estado era uma illusão, menéa
a lamina do punhal homicida e a crava
em diversas partes do corpo. Poucos
enstantes depois estorcendo-se nas
convulsões mais cruciantes dores ,
exhala que enxague o ultimo suspiro.

Esta scena de sangue, propria da
escravidão fora representada no
primeiro dia do corrente dentro da villa
de Alagoa Nova, que lhe servira de
proscenio. E o senhor? Este quando
veio apoderar-se do escravo, já
calculando que estava de posse de sua
propriedade, e que ia desfructar os
gosos e commodos della, e quiça tendo
algum espírito de vingança
teve que contemplar um cadaver
ensanguentado, e mutilado, poucas

horas depois que recebia alguns
punhados de terra para melhor pasto
dos vermes.

Não desfeiteis o escravo que
dorme, pode ser que ele sonhe que é
livre- diz um escriptor de nota.

O prêto Domingos sonhou que
era livre, e deste sonho fagueiro foi
despersado pelo seu senhor: mas este
despersado foi funesto para ambos: um
perdeu a vida, o outro o que chamava
sua propriedade.

Eis os frutos de uma instituição
que viola as leis de Deus, as quais não
se violam impunemente(...)" 13

Na crônica transcrita, percebemos o suicídio com uma rejeição à vida de uma pessoa subalterna, pois o escravo preferiu se matar a continuar na vida que tinha. Também existia a esperança de se encontrar com os parentes no além.

Inspirados por este ar mephytico, analisaremos o discurso higienista, no sentido de que havia o medo de que os corpos de defunto expostos ao ar livre, exalasse micróbio, daí a construção dos cemitérios na província da Parahyba, por causa da cólera, doença que

13. o "Areiense", Sábado, 11 de Agosto de 1877, No. 5, Pág. 2, Anno 1(publicação semanal) Cidade de Areia(província da Parahyba do Norte).

dizimava várias pessoas, dentro de pouco tempo. Anteriormente, os indivíduos eram enterrados nas igrejas. A primeira vez que isso aconteceu foi em 1857, ressurgiu em 1862.

Até aqui observamos, dentro de uma única trajetória de libertação ocorrida, a existência de vários recursos utilizados, ora com êxitos, ora com fracassos, na tentativa de realizar o sonho em liberdade.

A culminância dessa trajetória, se deu em 3 de maio de 1888 quando de fato o sistema escravagista chegou ao fim na cidade de Areia-Pb, alguns dias antes da Abolição no âmbito nacional.

O historiador Horácio de Almeida relata, em seu livro " Brejo de Areia ", nos passa o seguinte relato:

"Alforriados os últimos
escravos a 22 de Abril, reuniu-se a
Câmara para tomar a seguinte
resolução: (...) e marcou para o dia
3 de maio futuro para solenemente
declarar livre e heróico este
município (...) Outrossim, espera e
pede esta municipalidade que
todos os habitantes desta cidade
iluminem as suas casas no referido

dia." ¹⁴

Vários atos expressivos foram realizados em comemoração a este dia tão especial: missa, cerimônia na câmara dos vereadores, passeata e muitas festas. Enfim, comemorava-se, com entusiasmo, o fim de um sistema que reprimiu, cerceou a liberdade do indivíduo, chamado escravo.

¹⁴ Almeida, Horácio de. "Brejo de Areia. 2a. ed. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPb, 1980. Pág. 143.

Bibliografia

- 1) a Abolição no Senado: 65 Anos de Lutas. Brasília: Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal. 1988.
- 2) Almeida, Elpídio de .
Areia e o Fim da Escravatura.
Recife: Jornal do Comércio, 1946. 40 pág. Conferência no Teatro Minerva(Areia),
(18-05-1946)
- 3) Almeida, Horácio de.
Brejo de Areia: Memórias de um Município. 2ed.
João Pessoa: Ed. UFPB, 1980.
Almeida, Horácio de.
História da Paraíba.
João Pessoa: Ed. Universitária, 1978.
Vol. I e II.
- 4) Bastide, Roger.
as Religiões Africanas no Brasil: Contribuição a Uma Sociologia das
Interpretações de Civilizações. 2 ed.
São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960, 567 pág.
- 5) Câmara, Epaminondas.
os Alicerces de Campina Grande: Esboço Histórico-Social do Povoado e da
Vila(1697-1864).Campina Grande:Prefeitura Municipal/Secretaria de
Educação Núcleo Cultural Português/Edições Caravela; 1999. 124 Pág. .
- 6) Cardoso, Ciro Flamarion. Ronaldo Vainfas(Org)
Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia.
Rio de Janeiro: Campus, 1997, 508 Pág.
- 7)Carvalho, José Murilo de.
Teatro das Sombras: a Política Imperial.
São Paulo: Ed. Vértice, 1988(pág. 50a a 83).
- 7) Carvalho, Rodrigues de.
Aspectos da Influência Africana na Formação Social do Brasil.
João Pessoa: Imprensa Universitária, 1967, 93 pág.
- 8) Chalhoub, Sidney.
Visões da Liberdade: Uma História das Duas Últimas Décadas da
Escravidão na Corte.
São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 287 pág.
- 9) Costa, Emília Viotti da. da Senzala à Colônia. São Paulo: Livraria Ed. Ciências
Humanas Ltda. 2 ed. 1982, 491 p
- 10) Fernandes, Florestan.
O Significado do Protesto Negro.
São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989, 111 pág.
Coleção: Polêmicas do Nosso Tempo.

11) Freyre, Gilberto.

1. Casa Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal 13 edição em língua portuguesa..

Rio de Janeiro: José Olympio, 1966. Vol 1 e 2.

2. Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano. 5a. ed.

Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília: Instituto Nacional do Livro.(INL), 1977.

Vol. 1 e 2..

12) Genovese, Euge. A Terra Prometida.

Rio Grande do Sul, Editora Paz e Terra, 1988. 457-459 p.

13) Gorender, Jacob.

O Escravismo Colonial.

3 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1980.

(ensaio; 29). 592 pág.

Guia Brasileiro de Fontes Para a História da África Negra e do Negro na Sociedade Atual: Fontes Arquivísticas. Coordenação do Arquivo Nacional. (Obra Sob os Auspícios da Unesco). 2 ed: Rio de Janeiro. 1988. V. 1 e 2.

14) Kerbert, S. A.

a Escravidão Africana: América Latina e Caribe, .

São Paulo: Brasiliense, 1997. (pág. 208-235)

15) Leal, José. Itinerário Histórico da Paraíba.

2a. edição. João Pessoa: Ed. Fundação Cultural do Estado da Paraíba. 265.

17) Lima, Elizabeth Cristina de Andrade.

Os Negros de Pedra D'água: um Estudo de Identidade

Ética e História, Parentesco e Territorialidade Numa Comunidade Rural.

Campina Grande, 1992. Texto Impresso. 177 pág.

18) Lima, Luciano Mendonça de.

Derramando Susto: os Escravos e o Quera-Quilos em Campina Grande;

1996.

Campina Grande: texto impresso. 98 pág.

19) Machado, Maria Clara. o Plano e o Pânico: os Movimentos Sociais na Década da Abolição. Rio de Janeiro: UFRJ,

São Paulo: EDUSP.

1994, 259 p.

20) Magnani, José Guilherme Cantor.

Umbanda.

São Paulo: Ed. Ática(Série Princípios), 64p.